COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 700, DE 2007

Estabelece que parte dos recursos captados junto ao Fundo Nacional de Segurança Pública seja destinado à capacitação e ao reaparelhamento dos institutos de criminalística estaduais.

Autor: Deputado Sandes Júnior

Relatora: Deputada Sandra Rosado

I - RELATÓRIO

Vem, a esta Comissão de Constituição e de Cidadania, a proposição em epígrafe, de autoria do Deputado Sandes Júnior, com o propósito de acrescentar à Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, um inciso possibilitando o repasse de recursos para a capacitação e reaparelhamento dos institutos de criminalística.

Justifica o autor:

O projeto de lei que ora apresento visa a estabelecer que parte dos recursos captados pelos Estados junto ao Fundo Nacional de Segurança Pública seja destinada à capacitação e ao reaparelhamento dos institutos de criminalística das Polícias Cíveis, no intuito de estruturar e modernizar seus arquivos, de forma digitalizada, e as fichas de arquivo cível-criminal.

É verdade que a lei, em sua forma atual, já permite que os recursos oriundos do F.N.S.P. sejam aplicados com tal fim. A modificação que intentamos incrementar visa a fazer com que o Conselho Gestor do Fundo, quando da apreciação dos projetos que lhe são apresentados, venha a priorizar, dentre outros aspectos previstos na lei, os Estados

que se comprometam a modernizar seus institutos de criminalística.

De acordo com o despacho do Presidente da Câmara, a proposição nos foi remetida para a análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do art. 54 do Regimento Interno. Antes do nosso pronunciamento, a matéria teve o seu mérito apreciado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, que houve por bem aprová-la com uma emenda, permitindo a destinação dos recursos, não só aos institutos de criminalística estaduais, mas também ao distrital e aos da Polícia Federal.

A Comissão de Finanças e de Tributação, por sua vez, foi incumbida apenas, dentro dos mesmos parâmetros do art. 54, de analisar a adequação orçamentária e financeira. A manifestação desse último colegiado se deu nos seguintes termos:

“...pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 700/2007 e da Emenda da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.”

A tramitação é conclusiva, pautada pelo art. 24, II, do referido Estatuto, razão pela qual foi aberto o prazo para o oferecimento de emendas nesta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (art. 119, I). Entretanto, nenhuma emenda foi apresentada.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

No âmbito da constitucionalidade não temos restrições à livre tramitação da matéria, vez que a competência para a mesma também é deferida à União (art. 22, I, e 144). No âmbito da União, o Congresso Nacional é instância legítima para a apreciação de temas desse jaez (art. 48). Por fim, vale lembrar que a iniciativa da proposição também se coaduna com a previsão constitucional (art. 61).

No que diz respeito à juridicidade, de igual modo temos que as proposições (projeto e emenda da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado) não afrontam princípio estabelecido ou observado em nosso ordenamento jurídico.

A técnica legislativa da proposição principal também coaduna, de maneira geral, com os parâmetros da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e com as suas alterações posteriores. No entanto, são necessárias emendas para adequar o novo inciso, conforme resultou da emenda apresentada e aprovada na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, à redação dada aos demais incisos do artigo legal, bem como para adequar a ementa do projeto à sua nova realidade. Dessa forma, apresentamo-lhe Substitutivo.

Nestes termos, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 700, de 2007, com a Emenda da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, nos termos do Substitutivo aqui apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputada SANDRA ROSADO
Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 700, DE 2007

Estabelece que parte dos recursos captados junto ao Fundo Nacional de Segurança Pública seja destinado à capacitação e ao reaparelhamento dos institutos de criminalística estaduais, do Distrito Federal e da Polícia Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece que parte dos recursos captados junto ao Fundo Nacional de Segurança Pública seja destinado à capacitação e ao reaparelhamento dos institutos de criminalística estaduais, distrital e da Polícia Federal.

Art. 2º O § 2º do art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art.4º

§ 2º

VII - elevação da capacitação e reaparelhamento dos institutos de criminalística dos departamentos de polícia civil estaduais, do Distrito Federal e da Polícia Federal, para estruturação e modernização de seus meios.

.....(NR).”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputada SANDRA ROSADO
Relatora